

A expansão territorial da Educação Superior a partir de Institutos Federais (IFs) em regiões interioranas: uma revisão sistemática

The territorial expansion of Higher Education starting from Federal Institute (IFs) in inland regions: a systematic review

Recebido: 30/01/2023 | **Revisado:** 29/09/2024 | **Aceito:** 02/10/2024 | **Publicado:** 18/11/2024

Rodrigo Emanuel de Sousa Almeida
ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0764-3829>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: rodrigogealmeida@gmail.com

Anderson Cristopher dos Santos
ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6359-3905>
Universidade Federal do Rio Grande do Norte
E-mail: anderson.santos@ufrn.br

Como citar: ALMEIDA, R. E. S.; SANTOS, A. C. A expansão territorial da Educação Superior a partir de Institutos Federais (IFs) em regiões interioranas: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira da Educação Profissional e Tecnológica*, [S.l.], v. 3, n. 24, p.1-22 e14765, nov. 2024. ISSN 2447-1801. Disponível em: <Endereço eletrônico>.



This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 Unported License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Resumo

A produção de trabalhos que envolvem as discussões sobre a expansão da educação por meio dos Institutos Federais (IFs) tem ganhado proporções que buscam avaliar as políticas educacionais. Objetiva-se, assim, realizar uma revisão sistemática sobre a expansão da educação superior a partir dos IFs. A pesquisa é feita na plataforma da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), dividida entre as etapas: definição da pergunta, descritores, critérios e análise dos trabalhos. Tem-se como achados que a instalação dos IFs ocorreu a partir de uma lógica de execução, dando espaço para problemáticas à Educação Profissional e Tecnológica (EPT), entre essas estão os desafios institucionais, estruturais, estudantis e de identidade com os lugares onde estão instalados.

Palavras-chave: Educação superior; Institutos federais; Revisão sistemática; Políticas públicas.

Abstract

The production of works that involve discussions about the expansion of education through Federal Institutes (IFs) has gained proportions that seek to evaluate educational policies. The objective is, therefore, to carry out a systematic review on the expansion of higher education from the IFs. The research carried out on the platform of the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD), divided into steps: definition of the question, descriptors, criteria and analysis of the works. It been found that the installation of the IFs occurred from a logic of execution, giving space for problems to Professional and Technological Education (EPT), among these are the institutional, structural, student and identity challenges with the places where they are installed.

Keywords: College education; Federal institutes; Systematic review; Public policy.

1 INTRODUÇÃO

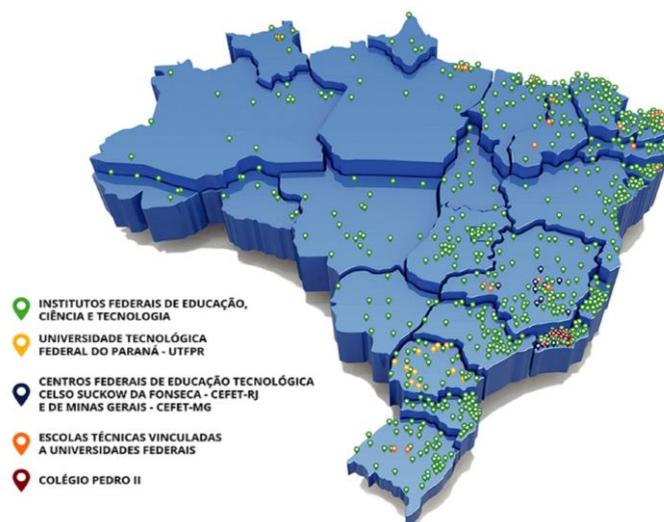
A demanda por educação superior cresceu significativamente no final do século XX e continuou a aumentar no início do século XXI, como evidencia as metas do Plano Nacional de Educação (PNE). Embora o número de estudantes egressos do ensino médio estivesse em ascensão, a quantidade de vagas disponíveis ainda era insuficiente para atender a essa demanda (Brasil, 2001). Além disso, a baixa inserção da população vulnerável no ensino superior agrava ainda mais esse cenário.

Nesse contexto, é importante destacar que o PNE é um dos principais instrumentos para direcionar a implementação de políticas públicas educacionais, visando solucionar as problemáticas existentes no Brasil. A partir desse plano, são desenvolvidas estratégias de atuação e formuladas políticas afirmativas, além de promover a expansão da educação superior em todo o território nacional, envolvendo tanto a administração pública quanto a iniciativa privada (Broch; Breschiliare; Barbosa-Rinaldi, 2020).

No entanto, o foco deste estudo será concentrado nas instituições públicas sob a gestão da esfera federal, reconhecendo que elas têm um alcance maior em diversas localidades, não se restringindo apenas a cidades de médio ou grande porte, mas também se estabelecendo em pequenas cidades interioranas brasileiras que estão para além das capitais e Regiões Metropolitanas (RMs) (Frigotto, 2018). É oportuno ressaltar que a criação e implementação dos Institutos Federais (IFs), conforme estabelece a Lei nº 11.892, de dezembro de 2008 foi um dos marcos mais significativos para essa expansão do Ensino superior no interior do País. Essa iniciativa permitiu a incorporação de instituições já existentes, como os Centros Federais e as Escolas Técnicas, a um novo formato de ensino verticalizado, ampliando o alcance e a diversidade da oferta educacional.

A figura 1 apresenta a expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) até o ano 2018, nas suas variadas categorias de atuação no território nacional:

Figura 1: Expansão da RFEPCT



Fonte: A Rede Federal (2019).

Apesar da expansão mencionada, é preciso estar atento a eficiência das políticas adotadas, observando se conseguem atender as metas previstas, ou como são elucidadas durante a sua implementação. Para isso, os estudos produzidos sobre a expansão da educação superior a partir dos IFs devem contribuir nesta compreensão. Indaga-se, então: quais os desafios encontrados na expansão da educação superior nos institutos federais para áreas interioranas?

Com intuito de compreender os desafios encontrados mediante a expansão da educação superior, mais especificamente a profissionalizante, este estudo objetiva analisar o estado da arte sobre a expansão da educação em território nacional através dos IFs localizados em regiões do interior brasileiro. Para alcançar o referido objetivo, foi imprescindível um estudo da revisão sistemática para analisar o material produzido até o momento, almejando também servir como referencial para trabalhos futuros. Este estudo também propõe uma análise do estado da arte a partir de material *stricto sensu*, compreendendo que este possa fornecer base teórica e metodológica aprofundada sobre os estudos realizados e as discussões feitas. O trabalho está dividido em cinco seções: introdução já apresentada, histórico do surgimento da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, metodologia, resultados e considerações finais.

2 A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA NO BRASIL: UMA BREVE ANÁLISE HISTÓRICA

O acesso à educação se apresenta às mais diversas camadas sociais, econômicas e culturais da sociedade, porém não é acessível da mesma forma para todas as classes sociais. O Brasil do início do século XX exacerba esse acesso à educação diante a divisão de níveis de ensino, colocando cada classe social em sua respectiva posição.

Conforme Moura (2007, p. 5):

O que existia até então era a educação propedêutica para as elites, voltada para a formação de futuros dirigentes. Assim sendo, a educação cumpria a função de contribuir para a reprodução das classes sociais já que aos filhos das elites estava assegurada essa escola das ciências, das letras e das artes e aos demais lhes era negado o acesso.

A educação brasileira elitizada demonstra não apenas o lugar dos privilegiados, mas também daqueles que não tinham o capital social, cultural e econômico para sobreviver em um sistema educacional excludente. Segundo Bourdieu (2007), a cultura escolar se aproxima da cultura da elite excluindo as possibilidades de outras camadas da sociedade de forma igualitária.

Logo, o atendimento as demais camadas da sociedade (mais desfavorecidas economicamente) era necessário para a criação da mão de obra, favorecendo a inserção de uma superpopulação relativa na educação, suprimindo dessa forma, empregos e subvalorizando a formação dos filhos da classe trabalhadora.

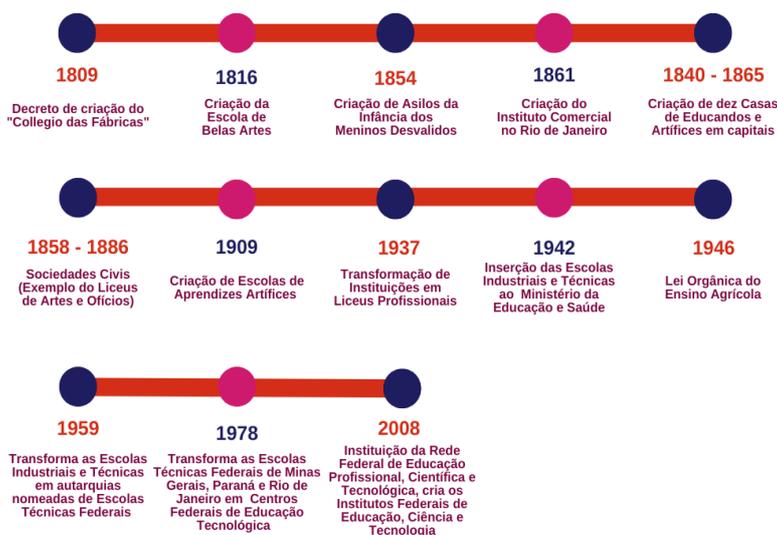
Fernandes (2013) considera em seus escritos que a forma na qual a escola e seus níveis de ensino estavam estruturados durante a era pré-industrial não correspondia mais a demanda da população por educação e a necessidade de acompanhar as inovações técnicas e profissionais, apesar das empresas industriais prezarem pela oferta de mão de obra barata.

Pode-se perceber durante a obra de Fernandes (2013) que, a prioridade de uma reforma no ensino destinada a qualificar uma camada da população menos privilegiada elevaria o valor dessa mão de obra e, conseqüentemente, aumentaria os custos das empresas. No entanto, abriria possibilidades para as novas divisões territoriais do trabalho que iriam submergir com o avanço da industrialização e urbanização no país.

Diferentes processos definiram a EPT do século XXI: desde a política assistencialista em 1809, transcorrendo pelo o que se conhecia como EPT em 1909, e a criação do ensino profissionalizante em 2008, com os IFs (Moura, 2007).

A partir do que foi discutido até o momento, é exposto na figura 2, o fluxograma do histórico da EPT no Brasil e suas raízes, quando ainda era “Collegio das Fábricas” em 1809, desde a criação de instituições assistencialistas:

Figura 2: Fluxograma do histórico da EPT no Brasil



Fonte: Elaborado de Moura (2007) e A Rede Federal (2019).

O século XIX guarda resquícios iniciais da oferta da EPT com o decreto real (Príncipe Regente Dom João XI) que criava o Collegio das Fábricas no ano de 1809, período após a chegada da realeza em 1807, que tinha como conjectura a promoção da economia através da formação técnica para os formados atuarem nos setores produtivos: fábricas, comércio e agricultura.

Nos anos subsequentes é percebida também uma divisão entre tipologias dessas escolas, com a criação de: Escola de Belas Artes, atendendo e abrigando os artistas que chegaram da Europa logo após a corte real; asilo para crianças desvalidas, que era organizado em instruções e o trabalho; os institutos comerciais e casas de educando e artífices; e os Liceus de Artes e Ofícios.

Os fatos citados acima retratam o período histórico educacional brasileiro que compreende: a chegada da família real ao Brasil e as formas de articulação da realeza em relação a formação, assistência e o trabalho dos educandos, almejando uma dinamização na economia do país em prol das atividades produtivas e dos setores econômicos. Como indica Moura (2007), a Educação Profissional no Brasil seguia sendo assistencialista, tendo em vista o Brasil enquanto colônia sustentada por uma sociedade escravocrata.

O início do século XX trouxe uma novidade para a história da educação profissional do país quando houve um esforço público de organização da formação profissional, modificando a preocupação mais nitidamente assistencialista de atendimento a menores abandonados e órfãos, para a da preparação de operários para o exercício profissional (Moura, 2007, p. 6).

É no momento supracitado que a EPT deixa de ter diretamente um conteúdo assistencialista e controle social e passa a buscar um diálogo direto com a formação dos filhos da classe operária para atuarem no mercado de trabalho. A transição entre o século XIX e XX aponta o fim do Império e o surgimento da República Velha, mas também é o cenário de modificações na oferta de ensino profissionalizante, já que em 1909 foi criada pelo então presidente Nilo Peçanha, as Escolas de Aprendizes e Artífices, que era intermediada pelo Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, sendo o ensino ofertado gratuitamente e concentrado no primário.

Tanto a crescente industrialização no país entre as décadas de 1930 a 1950, quanto o processo intenso de urbanização iniciado na década de 1960 influenciaram em mudanças diretas no processo de ensino profissional, destacando-se: a transformação de instituições em Liceus Profissionais; inserção das escolas técnicas ao Ministério da Educação e Saúde; Lei Orgânica do Ensino Agrícola, com a criação de cursos técnicos de três anos em agricultura, horticultura, zootecnia, práticas veterinárias, indústrias agrícolas, laticínios, mecânica agrícola; as escolas industriais passaram a ser escolas técnicas federais; e a transformação de escolas técnicas federais em Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), que teria a mesma equiparação aos centros universitários existentes.

A existência de CEFETs ainda era concentrada em grandes e médias cidades do país, mas que já demonstravam uma expansão para além das capitais. Somente durante o início do século XXI, esse cenário sofre alterações, sendo reorientada a política de expansão de instituições de ensino administradas pela rede federal. No caso da EPT, o ensino nas instituições que ofertavam esse tipo de educação também estava articulado de maneira verticalizada, com níveis de ensino que iriam do ensino básico (médio) ao ensino superior.

A instituição da Lei nº 11.892 no ano 2008 denominou de Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica instituições que ofertam o ensino de nível superior, básico e profissional. Mas, também, o que se destaca entre os artigos e incisos da lei é a criação de 38 IFs (constituídos como reitoria) e a expansão a partir de campi para as áreas interioranas, objetivando também a articulação entre os institutos e os arranjos produtivos, sociais e culturais nos locais onde estariam instalados.

3 A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA À LUZ DA INTERIORIZAÇÃO DOS INSTITUTOS FEDERAIS (IFS)

A criação da Rede Federal de Educação Profissional tem origem em 1909, a partir da criação das Escolas de Aprendizes Artífices com o ensino profissionalizante no Brasil, visando a formação profissional focada na educação dos filhos de pais pertencentes à classe trabalhadora operária, enquanto a educação superior era voltada para a formação dos filhos da elite brasileira, que comandavam os principais cargos e decisões políticas e econômicas do país.

Com a industrialização no Brasil durante as décadas seguintes do século XX, junto ao fenômeno da urbanização nas cidades brasileiras, em 1959 as Escolas de Aprendizes Artífices passam a ser chamadas de Escolas Técnicas Federais e, somente em 1968 essas são permitidas a ofertarem cursos de nível superior no grau de tecnólogo pela Lei nº. 5.540. Já dez anos depois, em 1978, essas escolas passam a ser caracterizadas como Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs), com adição de outros cursos em nível superior e também com autonomia de funcionamento em nível de autarquia federal.

Um momento importante para a questão da história da EPT ocorre em 2008, com a Lei nº 11.892 de dezembro de 2008, onde institui a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, que possibilitou a criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. O resultado dessa política foi a expansão ou as novas formas de demanda que foram surgindo aos CEFETs, escolas técnicas, universidades tecnológicas e dentre outras instituições federais de ensino profissional, a possibilidade de se tornar um instituto comandado por *campus* dispersos entre as principais cidades (capitais) do país e demais cidades que se destacava dentro de uma região de influência.

Além de estabelecer a oferta de ensino verticalizado, possibilitando aos estudantes prosseguirem a escolaridade, entre as suas finalidades e características se tinha o diálogo e a articulação entre: a oferta EPT para a formar estudantes atuantes profissionalmente nos setores da economia local, regional e nacional; além de atender as demandas regionais; desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão; consolidação dos Arranjos Produtivos Locais (APLs) e particularidades (desenvolver programas de extensão, promover produção e desenvolvimento, transferência de tecnologias).

Ou seja, a realidade local deve ser impactada com a presença desses institutos, e contribuindo para o fortalecimento dos APLs, potencializando assim a própria formação de capital humano e social dos estudantes que buscam se profissionalizar. Isso resultaria em um diálogo entre a atuação do Estado, instituto e mercado de trabalho.

Apesar dessa lógica exposta anteriormente, Barreto (2014) indica que a presença desses institutos não consegue atingir os seus objetivos e finalidades para o ingresso dos estudantes oriundos dos institutos no mercado de trabalho. Podendo também inferir a problematização de que, no final, a educação, por meio do instituto, deveria corrigir as desigualdades sociais, proporcionar melhores condições de vida e trabalho, dignidade, acesso a direitos.

Frigotto (2018) considera que houveram pontos positivos e negativos junto à expansão dos IFs, entre esses o próprio acesso de pessoas de pequenas e médias cidades que recebem esse tipo de equipamento público. O referido autor (2018, p. 139), traz uma ressalva: “Além disso, a interiorização trouxe diferentes demandas resultantes de pressões meramente políticas ou do que se denominou arranjos produtivos”.

Dessa forma, é pertinente compreender o estado da arte da avaliação da implementação dos IFs em território nacional, buscando identificar nuances que foram e ainda precisam ser discutidas e aprofundadas.

4 METODOLOGIA

De acordo com Galvão e Ricarte (2019) a revisão sistemática contribui para: evitar duplicação de pesquisa, observação de falhas, aplicação de pesquisas em escalas variadas, angariar recursos metodológicos, instrumentos de pesquisa, características específicas, literaturas, teorias no e dentre outras possibilidades que fornecem subsídio para compreender os fenômenos estudados.

Desse modo, foram seguidas as etapas propostas por Galvão e Ricarte (2019) para poder realizar a produção de revisão sistemática de literatura: 1) Delimitação da Questão; 2) Seleção das Bases de Dados; 3) Elaboração da Estratégia de Busca; e 4) Análise dos trabalhos selecionados pela etapa definida como “Seleção, Sistematização e Equipe”.

No quadro 1, são apresentadas as plataformas nas quais foram realizadas as pesquisas no dia 20 de julho de 2022, entre essas: SciELO, Google Acadêmico, Portal CAPES e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), conforme os critérios adotados para a pesquisa nas plataformas de pesquisa.

Quadro 1: Plataformas de pesquisa acadêmica e critérios de seleção

Plataforma de Pesquisa	Critério 1	Critério 2	Critério 3	Critério 4
SciELO	4	Variedade de publicações	Acesso a outra plataforma de pesquisa e não apenas a original	Sim
Google Acadêmico	62.800	Variedade de publicações	Acesso a outra plataforma de pesquisa e não apenas a original	Sim
Portal CAPES	4.553	Variedade de publicações	Acesso a outra plataforma de pesquisa e não apenas a original	Sim
BDTD	128	Teses e Dissertações	Acesso direto a página de produção do trabalho	Sim

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Logo após a aplicação dos critérios, foi pertinente optar pela BDTD na busca dos arquivos, já que a mesma fornece de forma direta e prática a localização dos arquivos na sua plataforma de origem das instituições pertencentes. Além disso, é uma das plataformas em que as produções *stricto sensu* são encontradas com maior facilidade e se encaixam nos critérios.

No quadro 2, pode-se verificar as etapas e aplicação dos critérios, além do quantitativo de trabalhos encontrados após a aplicação desses:

Quadro 2: Percurso realizado para as revisões sistemáticas

Percurso realizado	Revisão Sistemática
Período de realização	Abril/2022 até Junho/2022
Pergunta de partida	Quais desafios encontrados na expansão da educação superior nos institutos federais para áreas interiorizadas?
Descritores	Expansão Institutos Federais and Educação Superior
Temporalidade	2011 a 2022
Escala de busca	Nacional
Crítérios para selecionar a plataforma de pesquisa	Acesso direto ao arquivo; disponibilidade; confiabilidade da plataforma, revisão por pares, trabalhos <i>stricto sensu</i> alcance nacional
Plataforma de busca	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)
Total de Trabalhos encontrados	BDTD – 128 (Dissertações e Teses)
Aplicação de Critérios de inclusão	Educação superior; Ensino Superior; Educação; Desafios; Cursos; Formação Profissional; Desenvolvimento Regional; Desenvolvimento Territorial; Políticas Educacionais; Políticas Públicas; Avaliação Institucional; Impactos; Implementação; Arranjos Produtivos Locais; Plano de Expansão; e Desempenho.
Aplicação de Critérios de exclusão	Trabalho Docente; Educação a Distância; Orçamento; Universidade; Compras Governamentais; Ensino médio; Arquitetura; Ensino Superior Privado; Internacionalização; Patentes; Necessidades Específicos; Serviço Social; Pessoa com Deficiência; Estresse Ocupacional; Migração; Técnico no Trabalho; Assistência Estudantil; Colégio; e Curso Técnico. Além de retirar trabalhos repetidos que aparecem na plataforma.
Total de Trabalhos selecionados	Plataforma BDTD 15 – Dissertações 17 – Teses

Fonte: Elaborado pelo autor (2023).

Do total de 128 trabalhos encontrados, foram identificadas 91 dissertações e 37 teses, que ao decorrer da observação e leitura do material, alguns desses trabalhos apresentaram-se repetidos. Com isso, houve a necessidade de filtrar apenas os trabalhos sem as suas repetições, que findaram por totalizar 122 trabalhos. Após a retirada daqueles que não discutem a temática (expansão da educação superior), somam-se um total de 76 arquivos. Apesar desses arquivos estarem ligados a uma das duas temáticas, ainda foi percebido que alguns desses não tinham a mesma discussão central ou abordagens diretas sobre. Os critérios foram feitos conforme as palavras-chave contidas nos resumos dos trabalhos analisados.

A análise desses trabalhos foi realizada a partir dos objetivos e metodologia empregada como foco de verificar o rigor metodológico contido na pesquisa, e também as análises dos resultados e discussões auferidas nos trabalhos para compreender e responder à questão inicial da pesquisa e levantamento bibliográfico.

Após a aplicação das etapas, os trabalhos foram analisados a partir dos seguintes critérios: objetivo geral, objetivos específicos, metodologia, resultados e

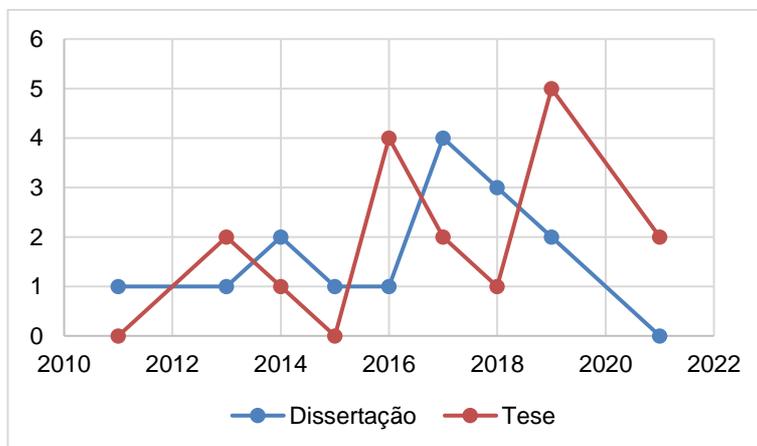
discussões. Logo, na seção seguinte, poderão ser vistos os resultados dos principais elementos que compõe os trabalhos analisados. Também será possível verificar durante o trabalho: ano de publicação dos trabalhos; recorte espacial dos estudos; áreas de produção dos trabalhos; autores, objetivos e estratégias; além dos desafios encontrados para instalação dos IFs e ao decorrer dos anos subsequentes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Do quantitativo de trabalhos coletados e analisados para a revisão sistemática foram encontrados 32 trabalhos, divididos entre teses (17) e dissertações (15), sendo os trabalhos das mais variadas áreas e produzidos de forma concomitante a implementação de políticas públicas educacionais que possibilitaram as transformações e instalações de instituições que oferecem o nível superior de ensino.

O crescente número de trabalhos sobre a educação superior através dos IFs pode ser dado após a intensificação das ações do Estado na expansão da educação superior, sendo a ampliação da oferta desse ensino uma das metas no PNE em 2001 para atender tanto a população estudantil egressa do ensino médio, como para atender a população historicamente desfavorecida desse nível de ensino e, principalmente a criação da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica em 2008. Como pode ser visualizado no gráfico 1, os estudos encontrados estão concentrados durante 2011 e 2021:

Gráfico 1: Anos de publicação dos trabalhos coletados e analisados



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

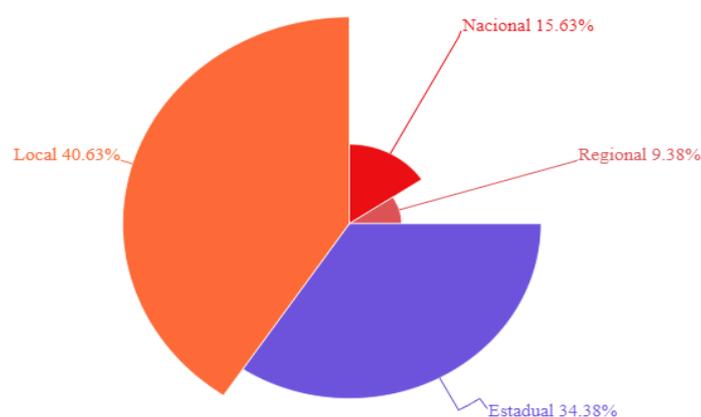
A produção dos trabalhos analisados e suas respectivas publicações estão concatenadas com a expansão dos IFs, que correspondem por estudos sobre a implementação da estrutura física dos IFs, do processo de transformações dos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFETs) em IFs, das leis, documentos e planos que orientaram a expansão da educação superior pelos institutos em nível local e regional.

Os estudos concentram as suas produções partindo do maior quantitativo para o menor entre os estados: São Paulo (11), Goiás (3), Paraná (3), Rio Grande do

Sul (3), Ceará (2), Minas Gerais (2), Paraíba (2), Rio de Janeiro (2), Bahia (1), Espírito Santo (1), Mato Grosso (1) e Rio Grande do Norte (1).

Outra característica importante não é apenas o local onde foi realizado o estudo, mas sobre quais lugares esses estudos trouxeram para as análises sobre a atuação das políticas educacionais que foram propulsoras para a expansão da educação superior e, também, dos IFs. No gráfico 2, é possível visualizar os lugares onde estudos foram produzidos:

Gráfico 2: Análise do recorte espacial dos trabalhos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Do total de 32 trabalhos, 5 tratavam dentro da análise partindo do contexto nacional, 3 a partir do contexto regional, 11 em análise estadual e 13 diante de estudos locais. É válido o respaldo que os estudos num contexto nacional são tratados principalmente a partir da análise documental de leis, decretos e também conforme o histórico dos avanços das políticas públicas educacionais.

Os estudos regionais trabalharam a expansão da educação superior na região Nordeste e, apenas um trabalho com ênfase na análise microrregional no Sudoeste de Goiás. Referente a análise espacial em escala abrangente são visualizados estudos sobre as regiões Sudeste, Nordeste e Norte, sendo possível vislumbrar os contrastes existentes entre regiões e suas discrepâncias culturais, econômicas e políticas. Por fim, os estudos locais são na sua maioria aplicados em mais de um município, servindo como base para estudos de casos múltiplos realizados pelos pesquisadores.

Na figura 3, são verificadas as áreas de pesquisa que mais ampliaram os estudos sobre a expansão da educação superior nos IFs, estando entre essas: a área educacional, uma das mais incidentes na análise desse fenômeno.

Figura 3: Áreas de produção dos trabalhos



Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A produção de trabalhos em determinadas áreas, até mesmo de maneira concentrada, traz o presente fenômeno estudado a partir de uma análise com as mais variadas finalidades, objetivos e teorias, tendo assim um contexto de trabalhos feitos de forma multidisciplinar.

Ao longo das discussões realizadas são retratados os desafios e benefícios antes, durante e depois das instalações dos IFs onde estão localizados. Não seria de tal modo importante as contribuições que esses institutos alcançaram em escala nacional, regional e local, mas também os contrastes existentes entre o ideal e o real diante as problemáticas vivenciadas por diversos grupos que participam do funcionamento dos institutos.

Para englobar essas discussões os autores trazem os seus objetivos, metodologias e instrumentos utilizados, tentando assim explicar o fenômeno estudado. No quadro 3, destacam-se os autores encontrados e as suas respectivas obras analisadas a partir dos objetivos e as estratégias utilizadas durante a construção dos trabalhos:

Quadro 3: Autores, objetivos e estratégias

Referenciais dos trabalhos lidos	Foco do Objetivo Geral	Foco dos Objetivos Específicos	Estratégias
Brezinski (2011) Vargas (2013) Tavares (2014) Macedo (2014) Lima (2015) Oliveira (2016) Boaventura (2016) Lorenzet (2016) Leal (2017) Souto (2017) Nascimento (2017) Silva (2018) Fonseca (2018) Daros (2019) Oliveira (2019) Abrantes (2019) Araújo (2019) Bressan (2021) Lima (2021)	Plano de expansão Políticas educacionais Projetos pedagógicos Criação/implementação	Configuração e Processo da Expansão; Desafios Institucionais; Alcance Social; Percurso Histórico; Contribuição dos Estudos; Conexão com Reformas do Capital; Trajetórias da Educação Superior; Formação de Educadores; Critérios Locacionais; Identidade Institucional; Arranjos Locais; Conceitos e Concepções para criação; Expectativa e Satisfação do discente; Documentos e Mudanças; Planejamento Estratégico; Levantamento Bibliográfico; Desenvolvimento Territorial; Política de Avaliação; e Embates na Criação.	Materialismo histórico-dialético Teoria dos campos Análise diacrônica e sincrônica Estudo de caso e casos múltiplos Abordagem hermenêutica, Análise de textos e documentos Abordagem quali e quantitativa
Almeida (2014) Rosa (2016) Silveira (2017) Moritz (2017) Sousa (2017) Castro (2019) Duarte (2019) Barros (2019)	Ampliação da educação Qualidade de ensino Particularidades da educação Concepção de EPT Desempenho da educação Evasão dos cursos Grau de satisfação Capacidade organizacional Processo de permanência	Dimensões e Indicadores Socioeducacionais; Quadro Comparativos de Indicadores; Marcos Regulatórios; Mudança de Institucionalidade; Educação Superior no Projeto de Educação Profissional; Características Estruturais; Papel do Estado Burguês; Quantitativo de Estudantes Evadidos; Fatores de Evasão; Comparar as Capacidades Organizacionais; Escolha das Capacidades; Framework das Capacidades Organizacionais; Levantamento Histórico e Documental; e Políticas de Permanência.	Pesquisa Documental Pesquisa Survey Estudo de Caso Pesquisa Bibliográfica Descritiva ex-post-facto Avaliação CIPP.
Santana (2013) Carlucci (2016) Oliveira (2018) Maia (2018)	Contribuição dos IFs Impactos da expansão Variáveis contextuais Efetivação da política Alteração no espaço urbano e rural	Fases de Implementação do IF; Características das Microrregiões; Critérios para a Escolha do Município Polo; e Procedimentos Adotados para a Escolha dos Cursos.	Pesquisa bibliográfica e documental Abordagem teórica, quali e quantitativa Estudo de caso Saturação dos dados Investigação teórico-empírica Cartografia da ação social

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

O acompanhamento das políticas públicas educacionais, principalmente no que se refere à expansão da educação superior, é palco para discussões sobre a sua formulação, implementação e a própria avaliação da política pública em ação no contexto em que esta funciona. Além disso, o contexto histórico não é apenas importante, mas também proporciona aos estudos aderirem a diferentes metodologias como a do materialismo histórico-dialético, e teorias como a de Bourdieu sobre campo de poder, auxiliando na compreensão do fenômeno, a partir da sua historicidade com o momento em que as políticas são “criadas”, os agentes que participaram da formulação das leis, diretrizes, metas e as narrativas utilizadas.

Outro ponto importante é a pesquisa dos trabalhos cujo norte é avaliar o contexto no processo de educação de ensino-aprendizagem nas instituições, os desafios e barreiras existentes, seja pela permanência, organização, desempenho, evasão, qualidade e as suas particularidades no ensino. O desenvolvimento dos trabalhos e os seus instrumentos de análise estão articulados com os objetivos específicos, onde se há o uso de indicadores e dados que possam fornecer base para as suas propostas, além da utilização de documentos e outras características das instituições. Entender como funcionam as instituições federais, no caso dos estudos analisados, tem importância para fortalecer até mesmo as políticas a partir das fragilidades que ainda existem, mas também para verificar o seu funcionamento.

Os estudos direcionados para o contexto local e regional trazem os reflexos das políticas educacionais com a expansão da educação superior, que estão para além da instalação das instituições, incidindo também na atração de investimentos da iniciativa privada e dos APL.

Dentre as três exposições feitas no quadro 3, é válido destacar que a metodologia de estudo de caso e casos múltiplos que aparecem nos trabalhos analisados, tem como foco uma instituição ou mais instituições em municípios que pertencem a um mesmo estado ou região, estados ou regiões diferentes.

Compreender como a expansão da educação superior deu-se em determinadas áreas através dos IFs, auxilia na análise e funcionamento das instituições após a implementação da política pública, e realizar assim determinadas comparações em realidades diversas.

Expor os cenários que os IFs atuam é uma forma de avaliar os resultados das políticas públicas que potencializaram a sua expansão, seja com ênfase no ensino médio, técnico, superior e dentre outras ofertas de cursos encontrados de maneira verticalizada na instituição e suas ações em conjunto com a sociedade. Os estudos analisados verificaram a atuação dos institutos durante: a formulação de políticas educacionais que ajudaram a potencializar a expansão da rede federal; implementação das políticas públicas educacionais; a expansão da educação superior nos IFs; e os reflexos que a instalação desses fixos tiveram na dinamização dos fluxos de capital econômico e humano nas cidades onde estão localizados

As categorias de exposições representam as principais linhas de discussões que os trabalhos se direcionaram a analisar durante a aplicação da metodologia e das discussões, entre essas: as políticas públicas educacionais; educação superior; e desenvolvimento local e regional (Quadro 4).

Quadro 4: Resultados e Discussões dos Trabalhos Analisados

Categoria de exposição	Resultados
1 – Políticas Educacionais	<p>A política de expansão da rede federal, surge com a revogação da Lei 11.195, que inibia a criação de novas instituições federais de ensino, permitindo o crescimento de instituições federais para áreas interiorizadas. Entre os pontos em destaque está a interiorização como dimensão social de inclusão; de forma intensa, e identidade em processo de construção. A expansão ocorreu entre fases: pré-expansão ou como plano de expansão 1, plano de expansão 2 entre 2007 a 2010, plano de expansão 3 com início em 2011. Com a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), foi possível haver crescimento de vagas ofertadas a partir de investimentos. Isso foi possível através de programas, políticas públicas adotadas pelo governo de forma focalizada onde os IFs iriam ser instalados. Apesar de serem políticas desenvolvidas por um governo progressista, algumas ações não se voltaram para o compromisso político-social. Outra questão é que algumas instituições não foram transformadas em IFs, tendo como prerrogativa a perda de autonomia, perda de identidade cultural e institucional, essas instituições buscavam serem transformadas em Universidades Tecnológicas (UT).</p>
2 - Educação Superior	<p>A oferta de educação no Brasil segue uma lógica capitalista desde 1909, quando há a inserção e criação de instituições (escolas) profissionais para formar os filhos dos trabalhadores, havendo intrinsecamente o interesse do grande capital. Enquanto a educação superior era voltada para a elite. A expansão da educação superior durante o século XX para áreas interiorizadas possibilitou que novas instituições federais atuassem com a educação de forma verticalizada. Assim, a educação superior é ofertada nos campi dos IFs criados em 2008, com a oferta também de cursos de nível superior. Os resultados também mostram cenários em que os cursos de licenciaturas potencializaram o contexto regional na formação de professores, colaborando assim para formar profissionais que atuariam no ensino básico da região. Há situações em que pode ser percebida a evasão dos cursos de licenciatura em decorrência de que os cursos foram implementados sem um planejamento estratégico, sendo um fator para isso a baixa procura; a valorização profissional baixa e dificuldades durante o curso para poder finalizar.</p>
3 - Desenvolvimento Local e Regional	<p>A instalação ou transformação das instituições federais em IFs seguem contextos variados nos lugares em que estão situados, tendo como finalidades articular e atender os arranjos produtivos, culturais locais e sociais. A lei que criava os IFs também estaria nas metas do Plano Nacional de Educação (PNE) que era de expandir a educação superior para áreas que não detinham esse nível de ensino. Haja vista, essa atuação em escala local e regional potencializa as formas dos governos atuarem na educação básica e superior. Entre a prerrogativa da oferta de determinados cursos seria em decorrência dos arranjos culturais, sociais e produtivos locais. Outro ponto importante no contexto regional são os investimentos realizados antes e durante o funcionamento dos institutos, sejam esses em: obras, equipamentos, recursos humanos, qualificação, dentre outros. O acompanhamento do estudante também é um dos fatores a serem considerados durante os estudos, visto que não basta ter ocorrido a expansão das instituições e o seu acesso, mas é necessário pensar na permanência dos estudantes. Segundo os autores, a evasão dos cursos é um indicativo do não planejamento articulado à identidade das instituições e dos lugares onde estão situados.</p>

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

Referente à análise dos resultados encontrados, pode-se definir a expansão da educação superior pelos IFs em quatro períodos: de agenda política; de formulação

da política de expansão da RFEPCT; de implementação; e de avaliação dessa política. O período da agenda política consiste no planejamento realizado para que as ideias possam ser postas em pauta; logo em seguida possam ser formuladas; após a formulação sejam feitas as discussões para a implementação; e a fase de avaliação é dada ao decorrer dos anos com a análise dos resultados.

A criação da RFEPCT possibilitou a expansão do ensino verticalizado para áreas interioranas, incluindo áreas que não existiam oferta de educação superior, e que atuariam em consonância com o cenário local e regional, voltando-se de forma articulada com a economia e cultural local e regional.

Vale salientar que, não apenas se criou novas instituições de ensino, mas também as já existentes foram sendo adicionadas ao novo formato imposto, havendo algumas instituições federais que resistiram a esse novo formato em decorrência do risco de perderem a própria autonomia. Isso se deve ao fato de que os IFs seriam comandados por uma sede, que na maioria das vezes estaria localizada na capital.

As contribuições dadas a partir dos trabalhos levam a compreender um cenário dotado de questões políticas, econômicas, culturais e sociais dos quais foram desenhadas a política pública de criação dos IFs, mas também um cenário focado na execução da política que pode ter ocasionado um certo “atropelamento” das etapas para que essa entrasse em funcionamento. A presença dos institutos levou aos lugares receptores desse equipamento público novas dinâmicas populacionais e de investimentos locais e regionais, tornando-os atrativos para o setor terciário (oferta de bens e serviços). No entanto, o vínculo estabelecido entre as finalidades em concomitância com os APLs necessita de direcionamento de recursos financeiros para além dos institutos, como também investimentos setoriais (industrialização, tecnologia, saúde, energia, etc.) para que haja o desenvolvimento local e regional.

O quadro 5 destaca os desafios encontrados com a instalação dos IFs, e são divididos entre aqueles mais recorrentes, sejam estes referentes a própria estrutura da instituição; aos estudantes; institucionais; os processos que vão desde a contratação de professor a formulação de planos de cursos; e os pertencentes a questão de identidade institucional.

Quadro 5: Desafios encontrados nos trabalhos acerca dos IFs

Tipos de Desafios	
1 – Estudantis	Evasão de estudantes dos cursos; Reconhecimento dos tecnólogos como profissionais de nível superior; Inserção dos egressos no mercado de trabalho; Baixa interatividade com os estudantes egressos; Financeiras; Incompatibilidade com a vida acadêmica e as exigências do mercado de trabalho; Baixa remuneração; Ser inserido em estágio; Falta de ônibus coletivo, segurança e iluminação pública; Trabalhar e estudar; Baixo rendimento acadêmico; Ampliação de políticas de assistência; Número de discentes que demandam a intervenção do assistente social e o número restrito de profissionais na área; Crescente demanda e a diminuição dos recursos para a execução do PNAES.
2 – Estruturais	Ausência de estrutura dos campi pré-existent, que não conseguiram atender às novas demandas; Expansão focada na execução; Estruturas precárias com falhas arquitetônicas e pedagógicas; Ausência de estrutura para atender estudantes com deficiência; Carências estruturais de bibliotecas, computadores, salas, laboratórios de ciências e para conseguir para o início das atividades de ensino.

3 – Institucionais	Implementação; Contribuir com o desenvolvimento local e regional; Articulação entre as dimensões de educação, trabalho, ciência e tecnologia; Escassez de servidores; Capacitação de servidores; Articulação dos campi de forma isolada; Exclusão de setores da sociedade; Limitações de recursos para bolsas e contratação de docentes; Contingenciamento orçamentário do governo; Ausência de debate amplo; Baixa Comunicação entre os servidores; Modelo para compreender a evasão não é centrado no estudante; Carência de políticas governamentais de apoio ao ensino de graduação; Ausência de professores qualificados para atuarem como formadores dentro da lógica verticalizada; Carência de técnicos e docentes; Ausência de políticas para formação de professores; Fixação de professores nos interiores; Ausência de atividades práticas nos laboratórios; Desenvolvimento das licenciaturas de maneira isolada e com desafios para a consolidação e composição de um corpo docente que atenda as demandas; Isolamento territorial (transporte e acesso incidem na sua permanência no território leva a dificuldade de acesso e permanência nas escolas); Instituições tiveram que renunciar a autonomia; Práticas cristalizadas em cursos de licenciaturas; Fragilidades no processo de ensino; Abrangência da rede e a falta de suporte para se comparar as universidades.
4 – Identidade	Início das instalações com dificuldades enquanto a nova identidade das instituições que existiam e passaram a ser Instituto Federal (IF) e a busca pela identidade; Crescimento rápido sem dialogar e refletir o papel da identidade; Desconhecimento da população sobre o instituto.

Fonte: Elaborado pelos autores (2022).

A instalação dos IFs ocorreu em três fases: a primeira fase entre os anos de 2003 a 2010, a segunda fase de 2011 a 2012 e a terceira fase de 2013 a 2014. Durante esse período é possível verificar nuances no próprio funcionamento dos institutos, desde a sua instalação com dificuldades de encontrar lugares alternativos para o início das atividades dentro do prazo estabelecido e com obras atrasadas, como é o caso de alguns institutos, até a ausência de salas específicas para a prática das atividades e a falta de um ambiente inclusivo com estrutura para atender pessoas com deficiência.

No entanto, o que é perceptível na expansão da educação do ensino superior junto aos IFs, é que os processos realizados não foram e nem são tão simples. Isso porque, a forma como se deu a implementação não só descaracterizou algumas instituições já existentes, sendo transformadas em institutos, mas também pela ausência de um planejamento que se considerasse as particularidades de cada um desses onde são localizados. Além disso, apesar da descentralização territorial, houve uma centralização hierárquica de decisões, fazendo com que alguns desses não tivessem autonomia para tomar decisões ou realizar um planejamento adequado para lidar com problemáticas existentes no âmbito local, sendo concentrada nas decisões das reitorias, que tinham a sua localização nas capitais dos estados.

O distanciamento da realidade dos campi no interior dos estados em concomitância a tomada de decisões idealizadas de forma desarticulada pode gerar dificuldades onde os institutos estão situados, fazendo com que esses não consigam atingir os objetivos propostos pela(s) pelas políticas produzidas, principalmente a nº 11.892, que busca-se desenvolver esses lugares através da formação e qualificação profissional e sua inserção ao mundo do trabalho, porém encontra desafios com a oferta de vagas para ingresso ao mercado de trabalho no local e regional. Articulado a isso, a ausência de mais investimentos setoriais, que apesar do crescimento no

setor terciária desses lugares não tem sido suficiente para fixar a população qualificada, entre essas: professores e estudantes egressos.

Soma-se às situações citadas acima, a não fixação dos profissionais que atuam nos institutos, seja em decorrência da finalização do período probatório antes do tempo proposto inicialmente, ou pela mudança do profissional para outro instituto localizados nas capitais do país. No caso dos professores, as dificuldades permeiam o ensino, a pesquisa e a extensão, já que alguns desses não conseguem avançar na formação continuada por falta de oportunidades nos lugares que atuam para além do grau que possuem, fazendo com que alguns desses lecionam sem ter a devida aptidão com determinadas práticas pedagógicas.

Outra problemática existente durante o percurso deste trabalho e dos trabalhos analisados é a questão que abrange o período pós-formação e o mercado de trabalho, já que em alguns casos o próprio mercado local e regional não consegue importar toda a mão-de-obra qualificada existente e quando emprega os egressos, as empresas contratam trabalhadores com nível de ensino técnico como forma de “baratear” a própria força de trabalho.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos que deram início a existência de um novo modelo de instituição definida como Instituto Federal (IF), são compreendidos também pela oferta de educação superior, além da articulação com ensino-pesquisa-extensão e com os arranjos produtivos, culturais e sociais locais. Alguns desses estudos indicam que o processo de formulação e implementação dos IFs, como política pública não considerou as características de identidades de algumas instituições já existentes, fazendo apenas retardar a saída de estudantes que antes migravam para cursar o ensino superior em outra cidade e que, agora, buscam trabalho em centros urbanos maiores, para então estarem inseridos na sua área de formação.

A expansão da educação superior em consonância com IFs veio acompanhada de desafios, entre esses: evasão dos estudantes, infraestruturas precárias ou inexistentes, acesso difícil ao campi, perda de identidade cultural das instituições transformadas em IF, recursos escassos, aumento da demanda sem capacidade de ser atendida, cursos que também podem não dialogar com a realidade local e regional.

Na categoria de exposição políticas públicas, a expansão agiu por um lado como formação de capital humano qualificado, por outro, não atingiu finalidades como desenvolver o local e regional a ponto de as cidades reterem a sua própria população formada nas suas respectivas áreas de formação. Além disso, deve-se considerar a diversidade cultural e regional existente em um país como o Brasil com extensão territorial continental, onde a realidade converge com os planejamentos idealizadores e tecnicistas.

Na educação superior, estão os desafios de lidar com a evasão de graduandos ocasionadas pela ausência de políticas públicas para permanência dos estudantes nesse nível de ensino, ausência de infraestrutura adequada para realizar atividades extracurriculares. Soma-se também a necessidade de manter a rotina entre

o trabalho, o estudo e os deslocamentos realizados entre casa: casa-trabalho-estudo-casa.

Outro ponto importante é a esperança depositada na educação como propulsor da categoria desenvolvimento local e regional, remontando a perspectiva de mudança em uma estrutura que está atrelada à teoria do desenvolvimento desigual e combinado auferido a países como o Brasil e sua historicidade colonial, havendo a necessidade de investimentos em políticas públicas destinadas ao crescimento econômico através de políticas setorializadas.

Uma das questões frequentemente observadas, mas pouco discutidas em profundidade, é a trajetória dos egressos no mundo do trabalho. Em outras palavras, faltam abordagens que analisem a fixação da mão de obra qualificada no mercado de trabalho local ou regional, avaliando se esses egressos conseguem ou não se inserir no mercado ao qual os cursos estão vinculados, especialmente em articulação com os Arranjos Produtivos Locais (APLs).

Os desafios da expansão ao decorrer dos trabalhos apresentam dificuldades inerentes a ausência de uma participação incisiva da população local para a construção da política pública da RFEPT, onde fosse possível inserir ao diálogo e a formulação os diferentes contextos. Ao excluir essa participação e, apesar dos planos de execução, a sua abrangência em um curto período de tempo sem articular com outros projetos de desenvolvimento pode ter contribuído para outras problemáticas sociais, econômicas e culturais.

Para os próximos estudos, recomenda-se um aprofundamento das questões relacionadas aos egressos e sua inserção no mercado de trabalho. É importante que a instalação dos Institutos Federais siga a lógica do desenvolvimento local e regional, promovendo a formação de capital humano, social e econômico. Nesse sentido, torna-se fundamental avaliar o papel dos IFs em incentivar a permanência dos egressos nas regiões onde estão localizados ou entender as razões que levam esses profissionais a migrar para cidades com maior concentração de empregos, renda e funções centrais.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Terezinha dos Anjos. **As condicionalidades do Banco Interamericano de desenvolvimento e as políticas de educação profissional no Brasil**. 2019. 224 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2019.

ALMEIDA FILHO, Álvaro Cavalcanti de. **Modelo de mensuração do desempenho dos institutos federais: uma análise a partir de microdados**. 2014. 230 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Organizações Independentes) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

AMORIM, Mônica Maria Teixeira. **A organização dos institutos federais de educação, ciência e tecnologia no conjunto da educação profissional brasileira**. 2013. 245 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

ARAÚJO, Maize Sousa Virgolino de. **Um estudo da expansão da educação superior no IFPB: desafios institucionais e alcance social.** 2019. 265 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019.

A REDE FEDERAL. **Instituições da Rede Federal, 2019.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/rede-federal-inicial/instituicoes>. Acesso em: 24 dez. 2022.

BARRETO, Márcio Pereira. A rede federal de educação e sua expansão no Rio Grande do norte: uma análise do campus do IFRN na cidade de João Câmara/RN. **Holos**, Natal, v. 4, p. 415-437, 2014. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/1261>. Acesso em: 30 nov. 2022.

BARROS, Telma Regina de. **O Desenvolvimento Regional e a Educação Profissional e Tecnológica: Caso dos IFETs Da Microrregião do Sudoeste de Goiás.** 2019. 173 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Planejamento Territorial) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2019.

BOAVENTURA, Geisa d'Ávila Ribeiro. **Tensões e perspectivas da Rede Federal no campo da educação profissional e tecnológica: um estudo do IF Goiano nos Campi Ceres e Rio Verde - Goiás.** 2016. 210 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2016.

BOURDIEU, Pierre. A escolar conservadora: as desigualdades frente à escolar e à cultura. In: NOGUEIRA, Maria Alice; CATANI, Afrânio. (Org.). **Escritos de educação.** Petrópolis: Editora Vozes, 2007. p. 39-64.

BRASIL. Lei nº. 5.540, de 28 de novembro de 1968. Fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 1968.

BRASIL. Lei nº. 10.172, de setembro de 2001. Plano Nacional de Educação (PNE). **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, 2001.

BRASIL. Lei Federal n.º 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. **Diário Oficial da União**, Brasília: MEC, 2008.

BRESSAN, Vanessa Ramos Ramires. **A evasão na educação superior tecnológica do MS: uma proposta de diagnóstico de seus determinantes.** 2021. 179 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2021.

BREZINSKI, Maria Alice Sens. **O novo modelo para a educação profissional e tecnológica e a avaliação institucional: efeitos das políticas públicas sobre a configuração do Instituto Federal de Santa Catarina.** 2011. 172 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

BROCH, Caroline; BRESCHILIARE, Fabiane Castilho Texeira; BARBOSA -RINALDI, lealda Parra. A expansão da educação superior no Brasil: notas sobre os desafios do trabalho docente. **Avaliação**, Campinas, v. 25, n. 2, p. 257-274, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/fpjrVCm9bJpPn6LNsgZGLPH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 20 de nov. 2022.

CARLUCCI, Roseina Braga. **A qualidade da educação superior do tecnólogo no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas - IFAM.** 2016. 200 f. Tese (Doutorado em Didáctica General, Específica y Teoría de la Educación) - Universidade de León - Departamento de Didáctica General, Específica y Teoría de la Educación, León, 2016.

CASTRO, Tatiana Lage de. **Evasão nos cursos de licenciatura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Minas Gerais.** 2019. 160 f. Tese (Doutorado em Conhecimento e Inclusão Social em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

DAROS, Michelli Aparecida. **#falaestudante!**: um estudo sobre o legado da expansão dos Institutos Federais aos seus estudantes. 2019. 402 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

DUARTE, Amanda Machado dos Santos. **A cartografia da permanência estudantil nos cursos de nível médio da Rede Federal de Educação.** 2019. 230 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

FERNANDES, Florestan. **Mudanças sociais no Brasil.** 1. ed. digital. São Paulo: Global, 2013.

FONSECA, Heloisa Helena Medeiros da. **Estudo comparativo dos níveis de expectativa e de satisfação com a interiorização do Instituto Federal do Ceará nos campi dos municípios de Aracati, Canindé e Sobral na perspectiva dos discentes.** 2018. 142 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Indeterminação de identidade e reflexos nas políticas institucionais formativas dos IFs. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio. (Org.). **Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: relação com o ensino médio integrado e o projeto.** Rio de Janeiro: UERJ, 2018, p. 125-149.

GALVÃO, Maria Cristiane Barbosa; RICARTE, Ivan Luiz Marques. Revisão sistemática da literatura: conceituação produção e publicação. **LOGEION: Filosofia da Informação**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 57-73, 2019. Disponível em: <https://revista.ibict.br/fiinf/article/view/4835>. Acesso em: 10 nov. 2022.

LEAL, Andréa Ribeiro Gonçalves. **Cursos superiores de tecnologia do IFRS - Campus Porto Alegre:** análises da sua institucionalização. 2017. 105 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade La Salle, Canoas, 2017.

LIMA, Maria Flávia Batista. **A expansão das licenciaturas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo:** percursos e características. 2015. 210 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LIMA, Maria Flávia Batista. **A política de licenciaturas na rede federal de educação profissional no período 2009-2019:** uma análise da expansão no interior paulista. 2021. 322 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022.

LORENZET, Deloíze. **Expansão e democratização da educação superior brasileira: a oferta de Licenciaturas nos Institutos Federais no estado do Rio Grande do Sul.** 2017. 288 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

MACEDO, Pedro Clei Sanches. **Educação profissional e desenvolvimento territorial: a implantação, expansão e interiorização do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.** 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em em Ciências) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, 2014.

MAIA, Greice Lopes. **Indicadores de evasão e baixa procura nos cursos de licenciatura do IFFAr – Campus São Vicente do Sul: rearticulações na gestão.** 2018. 264 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2018.

MORITZ, Jaqueline. **A concepção de educação profissional e tecnológica dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFETs) nos governos Lula e Dilma.** 2017. 95 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel, 2017.

MOURA, Dante Henrique. Educação básica e educação profissional e tecnológica: dualidade histórica e perspectiva de integração. **Holos**, Natal, v. 2, p. 4–30, 2007. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/11>. Acesso em: 8 jan. 2023.

NASCIMENTO, Alexandre Rauh Oliveira. **Criação e expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica: implicações no campo da educação superior.** 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2017.

OLIVEIRA, Ana Marcelina de. **O papel da burocracia no processo de implantação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs): o caso do IF de Passos (MG).** 2016. 173 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Análises de Políticas Públicas) - Universidade Estadual Paulista, Franca, 2016.

OLIVEIRA, Denise Lima de. **O Instituto Federal do Tocantins e a formação de professores: caminhos, contradições e possibilidades.** 2019. 267 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2019.

OLIVEIRA, José Ricardo Moraes de. **A expansão do Instituto Federal de São Paulo: análise dos indicadores de desempenho.** 2018. 112 f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Organizações e Sistemas Públicos) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2018.

ROSA, Chaiane de Medeiros. **A rede federal de educação profissional, científica e tecnológica no contexto das políticas de educação superior: as particularidades do IF Goiano - Campus Urutaí.** 2016. 277 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) — Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara, 2016.

SANTANA, Francisco das Chagas. **A expansão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauiense, de 2008 a 2010: um estudo sobre a localidade dos campi no território piauiense.** 2013. 102 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

SOUTO, Maria de Fátima Dantas Carneiro. **A Política Pública de Transformação do Sistema Federal de Educação Profissional e Tecnológica: uma Reconfiguração Identitária do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Paraíba - IFPB.** 2017. 125 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação Superior) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2017.

SOUSA, Jalva Lilia Rabelo de. **A contribuição das capacidades para o desempenho das IES públicas: um framework para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** 2017. 252 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) - Universidade de Fortaleza, Fortaleza, 2017.

SILVA, Leonardo Thompson da. **A dinâmica geográfica da expansão dos Institutos Federais no Estado da Bahia: Regionalizações e reordenamento.** 2018. 161 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2018.

SILVEIRA, Fernanda Romanezi da. **A evasão de estudantes no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo: uma contribuição ao conhecimento das dificuldades na identificação de seus determinantes.** 2017. 209 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2017.

TAVARES, Moacir Gubert. **A constituição e a implantação dos Institutos Federais no contexto da expansão do Ensino Superior no Brasil: o caso do IFC – Campus Rio do Sul.** 2014. 315 f. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2014.

VARGAS, Ana Cristina Lourenço. **A política de educação profissional e tecnológica no Brasil contemporâneo: novos marcos para antigas práticas de (con)formação da classe trabalhadora.** 2013. 70 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.